



AO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

EXMO. SR. WEBER DA SILVA GALVÃO

Data: 14/04/2023

REF: PROPOSTA DE HONORARIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUÍ.

PROPONENTE:

VERONICA ALVES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, empresa privada, inscrita no **CNPJ Nº 49.473.466/0001-01**, com sede na Rua São Pedro, Nº49, CEP Nº 68456-070, Bairro São José, na Cidade de Tucuruí/PA, neste ato, representada por sua única sócia, **VERÔNICA ALVES DA SILVA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na **OAB-PA sob o Nº 19.532**.

1 - PROPOSTA DE HONORÁRIOS:

Apresento à Vossa Excelência, a Proposta de Serviços, para a contratação de serviços de Assessoria jurídica do Poder Legislativo Municipal, no sentido de atender as necessidades atinentes ao objeto do contrato na área Jurídica, **abrangendo os seguintes serviços:**

- I- Atuar perante o tribunal de contas do município, (TCM -PA);

Rua São Pedro, Nº49, Bairro São José – Tucuruí/PA
E-mail: advveronicaalves@gmail.com
(94) 99109-9771

- II- Acompanhar e atender diligências, conforme mandados procuratórios e recursos administrativos relativos às prestações de contas do Legislativo junto ao TCM-PA;
- III- Assessorar a Comissão Permanente de Licitação, na elaboração de Editais, pareceres jurídicos, análises de contratos e outros inerentes a realização de certames;
- IV- Prestar consultoria nas demais atividades burocráticas.

2 - REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

2.1. Para os serviços profissionais acima descritos, a CONTRATADA fará jus aos honorários no valor de 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), a serem pagos em doze parcelas mensais de 20.000,00 (vinte mil reais).

3 - TRIBUTOS E DESPESAS

3.1. Todos os encargos e custos referentes à prestação dos serviços objeto desta proposta, serão às expensas da CONTRATADA.

4 – Conclusão

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias, para contratação mediante inexigibilidade de licitação, na forma preconizada no artigo 25 caput, inciso II e §1º c/c art. 13, inciso III da lei 8666/1993.





Tucuruí-PA, 14 de Abril de 2023.

VERONICA ALVES
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA:4947346600010
1

Assinado de forma digital por
VERONICA ALVES SOCIEDADE
INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA:49473466000101

VERÔNICA ALVES DA SILVA

OAB-PA Nº 19.532.

VERONICA ALVES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ Nº 49.473.466/0001-01

Rua São Pedro, Nº49, Bairro São José – Tucuruí/PA
E-mail: advveronicaalves@gmail.com
(94) 99109-9771

FACULDADE ESTÁCIO DO PARÁ

O Diretor da FACULDADE ESTÁCIO DO PARÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de DIREITO, em 30/01/2010,

confere o título de BACHAREL(A) EM DIREITO

VERONICA ALVES DA SILVA

SSP/PA

cédula de identidade nº 5195758, órgão expedidor

PARÁ

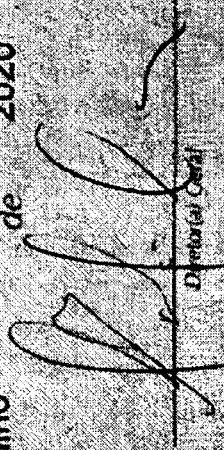
nascido(a) em 08/08/1987, natural

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belém - PA, 23 de Julho de 2020


Diplomado(a)




Diretor(a) Geral

Diretor(a) Geral: HASLÂ DOS SANTOS DUDA

Haslâ

Secretário(a) Geral: MARA DO SOCORRO FERREIRA PINTO

Curso de DIREITO

Reconhecido pela Portaria MEC nº 570

D.O.U. 20/04/2009

Renovado pela Portaria MEC nº 207

D.O.U. 07/07/2020

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

DIPLOMA registrado sob o nº 2566

Localização MPA no Sistema Informatizado
de Registro de Diplomas em 23/07/2020

Processo nº SRD/0611270/2020

nos termos do art. 48 § 1º Lei 9394, de
20/12/1996.

Secr. de Registro de Diplomas 23/07/2020.

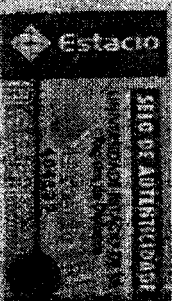
Regiane Moreira de Farias
Regiane Moreira de Farias

Funcionário Responsável

Regiane Moreira de Farias

Secretário(a) da S.R.D

Regiane Moreira de Farias
Regiane Moreira de Farias
02/10/2020



6687



Certificado

Certificamos que **VERÔNICA ALVES DA SILVA**, concluiu o Curso de **DIREITO** com habilitação, reconhecido pela Portaria do Ministério da Educação nº 570, de 19 de abril de 2009, tendo colado grau no dia **30 de janeiro de 2010**.

A expedição do Diploma será providenciada pela Faculdade do Pará – FAP após cumprimento das exigências previstas em lei.

Belém, 30 de janeiro de 2010


Márcio de Castro Monteiro
Diretor Acadêmico





Departamento de Pós-Graduação
CERTIFICADO

Certificamos que **VERONICA ALVES DA SILVA**

concluiu o curso de DIREITO PUBLICO

realizado no período de 18 de Março de 2019 a 30 de Abril de 2020

com carga horária total de 360 horas.

DocuSigned by:

Jorge Renato Montandon Sarriva

Assinado por: JORGE RENATO MONTANDON SARRIVA

CPF: 90055390706

Papel: DIRETOR

Data/Hora da Assinatura: 5/19/2020 | 11:06:32 AM PDT



6DB56D2F32614FDD989A8B5D2CE37C9F

FACULDADE CERS

Credenciada pela Portaria nº 370 de 20 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 23 de abril de 2018. O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicada em 06 de abril de 2018.

Área de Conhecimento: **DIREITO**

Direção Geral: Jorge Renato Montandon Saraiva

Departamento de Pós-Graduação: Andréa da Silveira Bernfica

Secretária de Pós-Graduação: Janaina Dias Marçal da Silva

DocuSigned by:

Jorge Renato Montandon Saraiva

Assinado por: JORGE RENATO MONTANDON SARAIVA

CPF: 90055390798

Papel: DIRETOR

Data/Hora da Assinatura: 5/19/2020 | 11:06:32 AM PDT

ICP
Brasil

60B56D2F32614FDD88A985D2CE17C9F

Aluno: VERONICA ALVES DA SILVA

Curso: DIREITO PUBLICO

Turma: DIREITO PUBLICO_2019.1

Duração: 18/03/2019 a 30/04/2020

Total de Horas Curso: 360 horas

Disciplinas e Patronos	Nota	Carga Horária
BENS, AGENTES E SERVICOS PUBLICOS	9.2	28
JOSE ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA - DOUTOR		
O ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	9.2	21
ROBERIO NUNES DOS ANJOS FILHO - DOUTOR		
ORGANIZACAO DOS PODERES	9.2	21
LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONCALVES - DOUTOR		
PODERES E ATOS ADMINISTRATIVOS	9.2	35
JOSE CARLOS FRANCISCO - DOUTOR		
REGIME JURIDICO ADMINISTRATIVO	9.2	14
FLAVIA BAHIA MARTINS - MESTRE		
SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTARIO	9.2	42
EDUARDO DE MORAES SABBAG - DOUTOR		
CONTROLE DA ADMINISTRACAO PUBLICA	9.2	21
GEORGES LOUIS HAGE HUMBERT - DOUTOR		
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	9.2	35
GUILHERME BRAGA PENA DE MORAES - DOUTOR		
DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS	9.2	14
ROBERIO NUNES DOS ANJOS FILHO - DOUTOR		
LEGISLACAO TRIBUTARIA E PROCESSO TRIBUTARIO	9.2	28
EDUARDO DE MORAES SABBAG - DOUTOR		
LICITACOES E CONTRATACOES PUBLICAS, CONSORCIOS E CONVENIOS	9.2	28
IRENE PATRICIA NOHARA - DOUTOR		
REGULAMENTACAO E INTERVENCAO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMINIO ECONOMICO	9.2	28
MARIA SYLVIA ZANELA DI PIETRO - DOUTOR		
MÉDIA FINAL	9.2	

METODOLOGIA		45
Irineu Francisco Barreto Junior - Doutor		
DIDATICA NO ENSINO SUPERIOR		20
Irineu Francisco Barreto Junior - Doutor		
TCC		
TEMA:		

Forma de avaliação: A avaliação do aproveitamento será expressa em graus, variando numa escala de zero a dez. O aluno para ser aprovado deverá alcançar a média final de aproveitamento não inferior a sete em cada disciplina e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no Curso em processo formal de avaliação.

Observação: O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1/2018 do Ministério da Educação, publicada em Diário Oficial da União em 06/04/2018.

DocuSigned by:
 Jorg. Renato Montandon SARAIVA
 Assinado por: JORGE RENATO MONTANDON SARAIVA
 CPF: 80056300706
 Paper: DIRETOR
 Data/hora da Assinatura: 01/04/2020 11:06:38 AM PDT
 ICP-Brasil
 L0816D2F32614FGD998A8B502CE37CWF



Certificate Of Completion

Envelope Id: 3DC1BC16D7D04FB490E6BA8035D918F2

Status: Completed

Subject: DocuSign: CERTIFICADO - CERS (5).pdf, Modelo Histórico em Branco_T2 (12).pdf

Source Envelope:

Document Pages: 3

Signatures: 3

Certificate Pages: 3

Initials: 0

AutoNav: Enabled

EnvelopeId Stamping: Enabled

Time Zone: (UTC-08:00) Pacific Time (US & Canada)

Envelope Originator:

Janaina Dias Marçal da Silva

R DONA MARIA CESAR, 170, SALA 0102 SALA

102 E - RECIFE

Recife, PE 50.030-140

janainamarcal@cers.com.br

IP Address: 177.105.71.170

Record Tracking

Status: Original

5/18/2020 5:47:06 PM

Holder: Janaina Dias Marçal da Silva

janainamarcal@cers.com.br

Location: DocuSign

Signer Events

Jorge Renato Montandon Saraiva

certificadopos@cers.com.br

OPERACIONAL

COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA

Security Level: Email, Account Authentication

(None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC OAB G3

Signer CPF: 90055390706

Signer Role: DIRETOR

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 5/19/2020 11:04:03 AM

ID: 6429a0d0-49c4-44d8-bb6c-90399a34c1ab

Company Name: COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA

Signature

DocuSigned by:
Jorge Renato Montandon Saraiva
6D656D2F32614FD

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 181.221.96.210

Timestamp

Sent: 5/18/2020 5:47:28 PM

Viewed: 5/19/2020 11:05:47 AM

Signed: 5/19/2020 11:06:41 AM

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events

Status

Timestamps

Envelope Sent

Hashed/Encrypted

5/18/2020 5:47:28 PM

Certified Delivered

Security Checked

5/19/2020 11:05:48 AM

Signing Complete

Security Checked

5/19/2020 11:06:41 AM

Completed

Security Checked

5/19/2020 11:06:41 AM

Payment Events

Status

Timestamps

Electronic Record and Signature Disclosure

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'A' with a long, sweeping tail that extends upwards and to the right.

VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Docusign.

Para verificar a(s) assinatura(s) clique no link: validator.docusign.com e siga as orientações para verificação de validade do documento, ou ainda no Adobe ou no Foxit.

Os nomes indicados para assinatura e seus critérios de criptografia seguem no teor dos documentos e no certificado de conclusão que segue junto ao documento.

A(s) assinaturas(s) tem validade jurídica como original no ambiente virtual, e, para conhecer um pouco mais sobre o assunto, lhe convidamos a ler a reportagem seguinte:
<https://www.docusign.com.br/legislacao>



CERTIFICADO

DE CONCLUSÃO DE CURSO

Certificamos que VERONICA ALVES DA SILVA com o CPF de número: 933.246.182-15, concluiu o curso online CURSO INTENSIVO PARA A DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL 2014 de 220 horas/aula, no período de 14/03/2014 a 13/04/2015.

Código de autenticação: A3BNO2WQ0NYEFI6KXCKS7549290488589894

Recife, 1 de Março de 2023



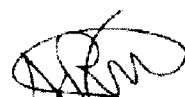
CERS.COM.BR

RENATA SARAIVA
PRESIDÊNCIA

IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

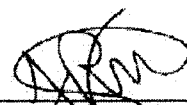
DIREITO ADMINISTRATIVO: Estado gerencial brasileiro. Organização administrativa. 1º setor. Regime de contratação do pessoal. Órgão público. Autarquia. Agência reguladora. Fundação pública. Empresa Estatal. 2º setor Estado Gerencial. Concessão e permissão de serviço público. PPP. 3º setor. OS. OSCIP. Ato administrativo. Características. Ato Administrativo. Elementos. Controle jurisdicional. Revogação e anulação. Convalidação. Licitação. Modalidades. Contratação direta. Contrato administrativo. Cláusula exorbitante. Responsabilidade na execução contratual. Servidor público. Tipos de cargos públicos. Carreira. Provimento. Vacância. Aposentadoria. Acumulação. Responsabilidade do Estado. Teorias. Atos de multidão. Ação regressiva. Prescrição. Bens públicos. Características. Tipos de bens públicos. Uso de bens públicos por particulares. Intervenção do estado na propriedade. Intervenções brandas. Desapropriação.

DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Constituinte: Definição; Poder Constituinte Originário, Poder Constituinte Derivado. Constituição: Definição; Objeto; Elementos, Tipologia. Normas Constitucionais: Definição; Vigência, Validade, Eficácia, Aplicabilidade e Efetividade, Tipologia. Controle De Constitucionalidade: Definição; Espécies de Controle de Constitucionalidade; Modalidades de Controle de Constitucionalidade; Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade; Arguição de Inconstitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Federação: Definição; Características de Constituição, Características de Conservação. Poder Legislativo: Estrutura; Funcionamento, Garantias dos Membros do Poder Legislativo. Poder Executivo: Estrutura; Funcionamento, Garantias do Chefe do Poder Executivo. Poder Judiciário: Estrutura; Funcionamento, Garantias dos Membros do Poder Judiciário. Funções Essenciais À Justiça: Ministério Público; Procuradoria em Geral, Defensoria Pública. Direitos Fundamentais: Definição; Nomenclatura; Características; Tipologia, Sistema de Proteção.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

DIREITO CIVIL: LINDB: Introdução. Vigência. Integração Normativa. Direito Intertemporal. Direito Espacial. Parte Geral do Direito Civil - Pessoa Natural: personalidade e capacidade, direitos da personalidade e ausência. Pessoa Jurídica: disposições gerais, associações e fundações. Negócio Jurídico: disposições gerais, condição, termo e encargo, defeitos do negócio jurídico, invalidade do ato jurídico (ato nulo e anulável), prescrição e decadência. Obrigações: Conceito de obrigações e seus elementos constitutivos, fontes obrigacionais, principais classificações das obrigações, adimplemento obrigacional, transmissibilidade das obrigações. Teoria Geral dos Contratos: Conceito de contrato, principais classificações contratuais, princípios contratuais, formação do contrato no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, efeitos dos contratos (vícios redibitórios, Evicção), contratos aleatórios, extinção dos contratos. Responsabilidade Civil. Reais: Posse e Propriedade. Entidades Familiares e constituição. Família, dignidade humana, afeto e solidariedade. Pluralidade Familiar: novas formas de constituição familiar: união estável, família monoparental, uniões entre pessoas do mesmo sexo. União estável: reconhecimento e dissolução. Concubinato e Sociedade de Fato. Famílias simultâneas e "direitos da amante". Proteção da pessoa dos filhos Guarda. Guarda Compartilhada. Distinção das demais guardas. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Noções sobre Adoção, tutela e curatela. Questões bioéticas no Direito das Famílias em relação às técnicas de reprodução assistida e a terminalidade da vida. Direito Patrimonial de Família: Regime de bens. Alimentos. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Responsabilidade civil no direito de família. Alienação Parental. Dano moral no Direito de Família: dano nas relações de filiação e matrimoniais. Direitos personalíssimos. InovaçõesDecisões recentes dos Tribunais de Justiça, do STJ e STF no Direito de Família.Enunciados Aplicáveis. Direito das Sucessões - Espécies ou formas de sucessão. Sucessão a título universal e singular. Sucessão legítima e testamentária. Herança: herdeiros legítimos, necessários e testamentários. Sucessão e herança: tempo e lugar da abertura da sucessão. Herança: conceito e natureza jurídica. Transmissão da herança. Aceitação e Renúncia da Herança. Vocaçao Hereditária. Legitimados a suceder. Excluídos da sucessão: Indignidade e deserdação. Jacência e vacância da herança. Sucessão legítima: ordem de vocação hereditária. Sucessão entre descendentes, cônjuge e companheiro: normas gerais. Sucessão dos ascendentes. Sucessão colateral. Introdução a sucessão testamentária. Testamento: Conceito e natureza jurídica. Disposições testamentárias. Conteúdo do testamento. Legados: noções.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

Distinção entre herdeiro testamentário e legatário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Constituição e Processo: Princípios constitucionais no processo civil. Jurisdição: conceito, características, princípios e espécies. Competência. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Processo: pressupostos processuais. processuais, comunicação dos atos processuais. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: típicas e atípicas. Procedimento comum ordinário: petição inicial, antecipação de tutela, respostas do réu, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, indícios e presunções, audiência, sentença e coisa julgada. Processo nos tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade e ordem do processo nos tribunais. Recursos, reexame necessário, ação rescisória, mandado de segurança contra ato judicial, ação declaratória de inexistência de ato processual e querela nullitatis. Repercussão Geral. Súmula. Súmula Vinculante. Lei Federal nº 11.417/06. Títulos executivos. Cumprimento de sentença e processo de execução: espécies, procedimentos, execução provisória e definitiva. Execuções especiais no CPC. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Ações prejudiciais à execução. Tutela de urgência. Tutela antecipada a tutela cautelar. Processo cautelar: medidas cautelares nominadas e uninominadas. Procedimentos especiais. Ação de usucapião. Usucapião como matéria de defesa. Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação monitoria.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS: Teoria constitucional dos direitos difusos e coletivos. Interesse público e privado. Interesse público primário e secundário. Interesses difusos, coletivos e individual homogêneos. A defesa judicial dos interesses transindividuais. Ação civil pública. Defesa das pessoas idosas. Improbidade administrativa. Proteção ao meio ambiente. Proteção aos patrimônios cultural, público e social. Defesa das pessoas portadoras de deficiência. Defesa da ordem urbanística. A tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos. Competência. Ônus da prova. Legitimidade ordinária e extraordinária. Legitimidade ativa e passiva. Legitimidade ativa da Defensoria Pública. Litisconsórcio e assistência. Conexão, continência e litispendência. Liminares e recursos. Multas. Fundo para reconstituição do bem lesado: fundos federais, fundos estaduais, Receitas do fundo, finalidades do fundo,



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

reparação das lesões individuais. Sentença. Desistência e renúncia do recurso. Efeitos. Desistência pelo Ministério Público. Coisa julgada na ação coletiva. Responsabilidade por custas, honorários advocatícios e mais encargos de sucumbência. Liquidação e execução da sentença. Legitimados para a liquidação. Escolha do foro pelo lesado individual.

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA Princípios do direito penal e aplicação da lei penal. Teoria da norma. Criminologia. Teoria do crime 1 - fato típico. Elementos. Iter criminis. Teoria do crime 2 - ilicitude. Culpabilidade. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Teoria da pena. Aplicação da pena. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa 1. Crimes contra a pessoa 2. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual e contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública e a administração pública.

DIREITO PENAL: Princípios do direito penal e aplicação da lei penal. Teoria da norma. Criminologia. Teoria do crime 1 - fato típico. Elementos. Iter criminis. Teoria do crime 2 ilicitude. Culpabilidade. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Teoria da pena. Aplicação da pena. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual e contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública e a administração pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: Investigação Preliminar - Conceito de inquérito policial. Natureza jurídica do inquérito policial. Finalidade do inquérito policial. Valor probatório do inquérito policial. Atribuição para a presidência do inquérito policial. Características do inquérito policial. Incomunicabilidade do indiciado preso. Conclusão do inquérito policial. Arquivamento do inquérito policial. Ação Penal - Conceito de ação penal. Classificação das ações penais. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada. Representação. Requisição do Ministro da Justiça. Ação penal privada subsidiária da pública. Peça acusatória. Competência Criminal - Jurisdição e competência. Espécies de competência. Competência absoluta e relativa. Fixação da competência criminal. Competência Criminal da Justiça Militar da União e dos Estados. Competência Criminal da Justiça Eleitoral. Competência Criminal da Justiça Federal.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

Competência Criminal da Justiça Estadual. Competência por prerrogativa de função. Competência territorial. Provas - Terminologia da prova. Ônus da prova. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado. Sistemas de avaliação da prova. Da prova ilegal. Prisão Cautelar - A tutela cautelar no processo penal. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal. Pressupostos das medidas cautelares: fumus comissi delicti e periculum libertatis. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional. Espécies de prisão. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Prisão decorrente de pronúncia ou de sentença condenatória recorrível. Prisão domiciliar. Medidas cautelares diversas da prisão. Liberdade provisória. Processo e Procedimento - Classificação do procedimento. Procedimento no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a procedimentos distintos. Procedimento comum ordinário. Oferecimento da peça acusatória. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória. Rejeição da peça acusatória. Recebimento da peça acusatória. Citação do acusado. Revelia. Reação defensiva à peça acusatória. Absolvição sumária. Designação da audiência. Audiência una de instrução e julgamento. Recursos - Conceito e características. Princípios. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação). Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal. Efeitos dos recursos. Direito intertemporal e recursos. Recursos Criminais em Espécie. 08 - Ações autônomas de impugnação.

DIREITO AMBIENTAL: Direito ambiental constitucional. Conceito de meio ambiente e seus aspectos. Princípios de direito ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Instrumentos de gestão de recursos hídricos. Código Florestal. SNUC. Política urbana: diretrizes, instrumentos e competência.

DIREITO EMPRESARIAL: Fundamentos do direito empresarial. Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características. Teoria da empresa. Empresário: conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário. Lei Complementar nº 123/2006 (microempresa e empresa de pequeno porte). Prepostos do empresário. Institutos complementares: nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração. Registro de empresa. Órgãos de registro de empresa. Atos de registro de empresa. Processo decisório do registro de empresa.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

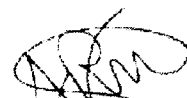
Inatividade da empresa. Empresário irregular. Lei nº 8.934/1994 e alterações. Propriedade industrial. Lei nº 9.279/1996. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Propriedade industrial e direitos autorais. Patentes. Desenho industrial. Marca: espécies. Procedimento de registro. Indicações geográficas. Títulos de crédito. Histórico da legislação cambiária. Conceito de títulos de crédito, características e princípios informadores. Classificação dos títulos de crédito: letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, endosso e aval. Títulos de crédito comercial, industrial, à exportação, rural, imobiliário, bancário. Letra de arrendamento mercantil. Ação cambial. Ação de regresso: Inoponibilidade de exceções. Responsabilidade patrimonial e fraude à execução. Embargos do devedor. Ação de anulação e substituição de título. Protesto de títulos e outros documentos de dívida: legislação, modalidades, procedimentos, efeitos, ações judiciais envolvendo o protesto. Direito societário. Sociedade empresária: conceito, terminologia, ato constitutivo. Sociedades simples e empresárias. Personalização da sociedade empresária. Classificação das sociedades empresárias. Sociedade irregular. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Regime jurídico dos sócios. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Lei nº 6.404/1976 e alterações. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade em comandita por ações. Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão. Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Concentração empresarial e defesa da livre concorrência. Contratos mercantis. Características. Compra e venda mercantil. Comissão mercantil. Representação comercial. Concessão mercantil. Franquia (franchising). Contratos bancários: depósito bancário, mútuo bancário, desconto bancário, abertura de crédito. Contratos bancários impróprios: alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil (leasing), faturização (factoring), cartão de crédito. Contrato de seguro. Contratos intelectuais: cessão de direito industrial, licença de uso de direito industrial, transferência de tecnologia, comercialização de logiciário (software). Direito falimentar. Lei nº 11.101/2005. Teoria geral do direito falimentar. Processo falimentar. Pessoa e bens do falido. Regime jurídico dos atos e contratos do falido. Regime jurídico dos credores do falido. Recuperação judicial. Recuperação extrajudicial. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Criança e adolescente. Antecedentes históricos. Inserção constitucional. Princípio da prevenção especial. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Política e organização do atendimento. Linhas de ação e da política de atendimento. Linhas de ação e diretrizes. Municipalização e descentralização. Participação da cidadania e conselhos dos direitos. Entidades e programas de atendimento. Conselho Tutelar. Disposições gerais. Atribuições. Competência. Escolha dos conselheiros e impedimentos. Medidas de proteção. Disposições gerais. Medidas específicas de proteção. Colocação em família substituta. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Direito à convivência familiar. Família natural e família substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Perda ou suspensão do poder familiar. Colocação em família substituta. Prática do ato infracional. A questão socioeducativa. Conceito e tempo do ato infracional. Inimputabilidade. Direitos individuais. Garantias processuais. Medidas socioeducativas. Remissão. Acesso à Justiça. A Justiça da infância e da juventude. Princípios gerais. Competência. Serviços auxiliares. Procedimentos. Disposições gerais. Perda e suspensão do poder familiar. Destituição da tutela. Colocação em família substituta. Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. Recursos. Ministério Público. O advogado. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Crimes e infrações administrativas.

DIREITOS HUMANOS: Os fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos. A evolução histórica dos Direitos Humanos. O sistema internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos: Declarações e Tratados da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos. Justiça internacional e os sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos. Órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos Direitos Humanos. Sistemas da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos: estrutura, competência, funcionamento e documentos produzidos. Jurisprudência da corte interamericana de direitos humanos: casos contenciosos e opiniões consultivas. Comissão interamericana de Direitos Humanos: relatórios de casos, medidas cautelares, relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão. Fontes, classificação, princípios e características do direito internacional dos Direitos Humanos. Normas de interpretação dos tratados de Direitos

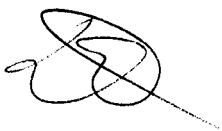


RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

Humanos. Resolução de conflitos ante a colisão de direitos fundamentais. O dever estatal de dar pleno cumprimento às obrigações assumidas em tratados internacionais: o caso dos Direitos Humanos. A vigência e eficácia das normas do direito internacional dos Direitos Humanos. As possibilidades de oposição de reservas e de oferecer denúncia relativas aos tratados internacionais de Direitos Humanos. A incorporação dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos ao direito brasileiro. A posição hierárquica dos tratados internacionais de Direitos Humanos em face do artigo 5º, e seus parágrafos, da Constituição Federal. O controle de convencionalidade. A execução de decisões oriundas de tribunais internacionais de Direitos Humanos no Brasil. Direitos Humanos e acesso à justiça. O dever dos estados de promover o acesso à justiça. Desenvolvimentos no âmbito da organização dos estados americanos relacionados à Defensoria Pública. Previsões legais de direito interno relativas à Defensoria Pública. Direitos Humanos das minorias e grupos vulneráveis: Mulher, Discriminação racial, Diversidade sexual, Criança e Adolescente, Idoso, Pessoa com Deficiência, Povos Indígenas, Refugiados.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Seguridade Social. Origem e evolução legislativa no Brasil. Conceituação. Organização, princípios e regras constitucionais. Regime Geral de Previdência Social. Segurados obrigatórios e facultativos. Filiação e inscrição. Carência. Benefícios previdenciários. Acidente do trabalho. .

DIREITO DO CONSUMIDOR: Código de defesa do consumidor e o subsistema de proteção ao consumidor. Conceitos de consumidor e fornecedor - teorias finalista, maximalista e finalista mitigada (ou aprofundada); Boa fé Objetiva Funções (integrativa; interpretativa; controle); Duty to mitigate the loss Lesão e Onerosidade excessiva; Dano moral e as súmulas e jurisprudências do STJ. Inversão do ônus da prova; Diálogo de fontes; Responsabilidade pelo fato do produto ou serviço; Teoria da perda de uma chance; Responsabilidade por vícios do produto ou serviço; Serviços Públicos; Prescrição e Decadência; Garantia legal e contratual; Desconsideração da Personalidade; Jurídica (teoria maior X teoria menor); Oferta e Publicidade; Práticas abusivas; Cobrança de dívidas; Arquivos de consumo; Proteção contratual; Cláusulas abusivas, Cláusulas abusivas nos contratos bancários; Empréstimos e financiamentos; Cláusula de decaimento; Contrato de adesão; Análise da Jurisprudência do STJ e STF; Contratos de consumo.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

DIREITO DO IDOSO: Conceitos. Alterações legislativas recentes. Benefício de prestação continuada. Transporte. Alimentos. Educação, cultura, esporte e lazer. Saúde. Profissionalização e trabalho. Habitação. Situações de risco. Acesso à justiça. Atuação da defensoria pública. Enunciados. Dos crimes.

FILOSOFIA DO DIREITO E SOCIOLOGIA JURÍDICA: Filosofia do Direito: Direito e Moral: Teoria do mínimo ético; O cumprimento das regras sociais, Direito e coação; Direito e heteronomia; Bilateralidade atributiva; Teoria da norma jurídica: as normas jurídicas em geral; tipos primordiais de normas; estrutura da norma jurídica de conduta; Teoria do Ordenamento Jurídico: O ordenamento jurídico e os seus elementos constitutivos; A validade do ordenamento jurídico; Hermenêutica Jurídica: A interpretação gramatical e a sistemática; A interpretação histórica e a evolutiva; A Escola da Livre Pesquisa do Direito e a Escola do Direito Livre; A compreensão atual do problema hermenêutico; Jusnaturalismo: Espécies; Critérios para uma distinção do Juspositivismo; Exegetismo Jurídico: Principais teses defendidas; Críticas feitas ao movimento; Historicismo Jurídico: Principais teses defendidas; Críticas feitas ao movimento; Justiça: Justiça segundo Aristoteles (equidade). **SOCIOLOGIA DO DIREITO:** Poder, Estado e Controle Social: Controle social; Poder e Burocracia; Controle Social e Direito: Características do controle social por meio do Direito; A ótica funcionalista do controle social por meio do Direito; Uma abordagem crítica do controle social por meio do Direito.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA: Defensoria Pública e acesso à justiça. CF, art. 5º, XXXV. Assistência jurídica integral. CF, art. 5º, LXXIV. CF, art. 134. Capacidade postulatória dos defensores. Autonomia funcional e administrativa. LC 80/94, art. 1º. Estrutura da Lei Orgânica. Ouvidoria da Defensoria. Princípios institucionais. Objetivos da Defensoria Pública. Funções institucionais da DP. LC 80/94, art. 4º. Transação: título executivo extrajudicial. Gratuidade para pessoas jurídicas. E pessoas físicas. Vista e intimação pessoal. Representação nos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos. Ações coletivas. Curadoria especial. Prazo em dobro. Honorários advocatícios. Garantias, prerrogativas e deveres. Atuação dos defensores estaduais nos Tribunais Superiores. Conflito de atribuições.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL: Lei de Execução Penal - Lei 7210/84. Lei de Drogas - Lei 11343/2006. Lei Maria da Penha - Lei 11340/2006. Estatuto do Desarmamento - Lei 10826/2003. Lei de Crimes Hediondos - Lei 8072/90.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA



CERTIFICADO

DE CONCLUSÃO DE CURSO

CERTIFICAMOS
CONCLUSÃO
NO CURSO ONLINE
CERS

Certificamos que VERONICA ALVES DA SILVA com o CPF de número: 933.246.182-15, concluiu o curso online CURSO COMPLETO – PACOTE ANTICRIME LEI 13.964/2019 - CURSO COMPLETO – PACOTE ANTICRIME LEI 13.964/2019 de 20 horas/aula, no período de 19/03/2020 a 17/06/2020.

Código de autenticação: OZQRSO2MSOIOOREXQ3XM7549143329523922

Recife, 1 de Março de 2023

CERS.COM.BR

A handwritten signature in black ink, appearing to be "RS" or similar.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Renato Araiva".
RENATO ARAIVA
PRESIDÊNCIA

DIREITO PROCESSUAL PENAL: ART 28, CPP. INFORMANTE DO BEM. ART. 28-A, CPP (ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL). CRIME ORGANIZADO. LEI DOS CRIMES HEDIONDOS.

DIREITO PENAL: ALTERAÇÕES DO PACOTE ANTICRIME NO CÓDIGO PENAL. LEI 12.850/13 (ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS). IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CADEIA DE CUSTÓDIA. ALTERAÇÕES NO CAPÍTULO DAS PRISÕES. IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL GENÉTICO. RDD. PROGRESSÃO DE REGIME. SAÍDA TEMPORÁRIA. LIVRAMENTO. LIMITE DAS PENAS E MULTA. LEI 10.826/03 ALTERADO PELA LEI 13.964/19. CRIMES HEDIONDOS. LEI DE DROGAS. MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS E ALTERAÇÕES NO TRIBUNAL DO JURI. JUIZ DE GARANTIAS.



RENATA SARAIVA
PRESIDÊNCIA



CERTIFICADO

DE CONCLUSÃO DE CURSO

Certificamos que VERONICA ALVES DA SILVA com o CPF de número: 933.246.182-15, concluiu o curso online CURSO COMPLETO – PACOTE ANTICRIME LEI 13.964/2019 - CURSO COMPLETO – PACOTE ANTICRIME LEI 13.964/2019 de 20 horas/aula, no período de 19/03/2020 a 17/06/2020.

Código de autenticação: OZQRSO2MSOIOOREXQ3XM7549143329523922

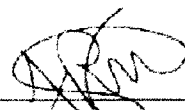
Recife, 1 de Março de 2023

CERS.COM.BR

RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

DIREITO PROCESSUAL PENAL: ART 28, CPP. INFORMANTE DO BEM. ART. 28-A, CPP (ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL). CRIME ORGANIZADO. LEI DOS CRIMES HEDIONDOS.

DIREITO PENAL: ALTERAÇÕES DO PACOTE ANTICRIME NO CÓDIGO PENAL. LEI 12.850/13 (ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS). IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CADEIA DE CUSTÓDIA. ALTERAÇÕES NO CAPÍTULO DAS PRISÕES. IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL GENÉTICO. RDD. PROGRESSÃO DE REGIME. SAÍDA TEMPORÁRIA. LIVRAMENTO. LIMITE DAS PENAS E MULTA. LEI 10.826/03 ALTERADO PELA LEI 13.964/19. CRIMES HEDIONDOS. LEI DE DROGAS. MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS E ALTERAÇÕES NO TRIBUNAL DO JURI. JUIZ DE GARANTIAS.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA



CERTIFICADO

DE CONCLUSÃO DE CURSO

Certificamos que VERONICA ALVES DA SILVA com o CPF de número: 933.246.182-15, concluiu o curso online CURSO INTENSIVO PARA A DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL 2014 de 220 horas/aula, no período de 14/03/2014 a 13/04/2015.

Código de autenticação: A3BNO2WQ0NYEFI6KXCKS7549290488589894

Recife, 1 de Março de 2023



CERS.COM.BR

RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO ADMINISTRATIVO: Estado gerencial brasileiro. Organização administrativa. 1º setor. Regime de contratação do pessoal. Órgão público. Autarquia. Agência reguladora. Fundação pública. Empresa Estatal. 2º setor Estado Gerencial. Concessão e permissão de serviço público. PPP. 3º setor. OS. OSCIP. Ato administrativo. Características. Ato Administrativo. Elementos. Controle jurisdicional. Revogação e anulação. Convalidação. Licitação. Modalidades. Contratação direta. Contrato administrativo. Cláusula exorbitante. Responsabilidade na execução contratual. Servidor público. Tipos de cargos públicos. Carreira. Provimento. Vacância. Aposentadoria. Acumulação. Responsabilidade do Estado. Teorias. Atos de multidão. Ação regressiva. Prescrição. Bens públicos. Características. Tipos de bens públicos. Uso de bens públicos por particulares. Intervenção do estado na propriedade. Intervenções brandas. Desapropriação.

DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Constituinte: Definição; Poder Constituinte Originário, Poder Constituinte Derivado. Constituição: Definição; Objeto; Elementos, Tipologia. Normas Constitucionais: Definição; Vigência, Validade, Eficácia, Aplicabilidade e Efetividade, Tipologia. Controle De Constitucionalidade: Definição; Espécies de Controle de Constitucionalidade; Modalidades de Controle de Constitucionalidade; Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade; Arguição de Inconstitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Federação: Definição; Características de Constituição, Características de Conservação. Poder Legislativo: Estrutura; Funcionamento, Garantias dos Membros do Poder Legislativo. Poder Executivo: Estrutura; Funcionamento, Garantias do Chefe do Poder Executivo. Poder Judiciário: Estrutura; Funcionamento, Garantias dos Membros do Poder Judiciário. Funções Essenciais À Justiça: Ministério Público; Procuradoria em Geral, Defensoria Pública. Direitos Fundamentais: Definição; Nomenclatura; Características; Tipologia, Sistema de Proteção.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

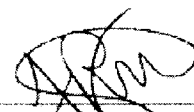
DIREITO CIVIL: LINDB: Introdução. Vigência. Integração Normativa. Direito Intertemporal. Direito Espacial. Parte Geral do Direito Civil - Pessoa Natural: personalidade e capacidade, direitos da personalidade e ausência. Pessoa Jurídica: disposições gerais, associações e fundações. Negócio Jurídico: disposições gerais, condição, termo e encargo, defeitos do negócio jurídico, invalidade do ato jurídico (ato nulo e anulável), prescrição e decadência. Obrigações: Conceito de obrigações e seus elementos constitutivos, fontes obrigacionais, principais classificações das obrigações, adimplemento obrigacional, transmissibilidade das obrigações. Teoria Geral dos Contratos: Conceito de contrato, principais classificações contratuais, princípios contratuais, formação do contrato no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, efeitos dos contratos (vícios redibitórios, Evicção), contratos aleatórios, extinção dos contratos. Responsabilidade Civil. Reais: Posse e Propriedade. Entidades Familiares e constituição. Família, dignidade humana, afeto e solidariedade. Pluralidade Familiar: novas formas de constituição familiar: união estável, família monoparental, uniões entre pessoas do mesmo sexo. União estável: reconhecimento e dissolução. Concubinato e Sociedade de Fato. Famílias simultâneas e "direitos da amante". Proteção da pessoa dos filhos Guarda. Guarda Compartilhada. Distinção das demais guardas. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Noções sobre Adoção, tutela e curatela. Questões bioéticas no Direito das Famílias em relação às técnicas de reprodução assistida e a terminalidade da vida. Direito Patrimonial de Família: Regime de bens. Alimentos. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Responsabilidade civil no direito de família. Alienação Parental. Dano moral no Direito de Família: dano nas relações de filiação e matrimoniais. Direitos personalíssimos. Inovações Decisões recentes dos Tribunais de Justiça, do STJ e STF no Direito de Família. Enunciados Aplicáveis. Direito das Sucessões - Espécies ou formas de sucessão. Sucessão a título universal e singular. Sucessão legítima e testamentária. Herança: herdeiros legítimos, necessários e testamentários. Sucessão e herança: tempo e lugar da abertura da sucessão. Herança: conceito e natureza jurídica. Transmissão da herança. Aceitação e Renúncia da Herança. Vocação Hereditária. Legitimados a suceder. Excluídos da sucessão: Indignidade e deserdação. Jacência e vacância da herança. Sucessão legítima: ordem de vocação hereditária. Sucessão entre descendentes, cônjuge e companheiro: normas gerais. Sucessão dos ascendentes. Sucessão colateral. Introdução a sucessão testamentária. Testamento: Conceito e natureza jurídica. Disposições testamentárias. Conteúdo do testamento. Legados: noções.


RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

Distinção entre herdeiro testamentário e legatário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Constituição e Processo: Princípios constitucionais no processo civil. Jurisdição: conceito, características, princípios e espécies. Competência. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Processo: pressupostos processuais. processuais, comunicação dos atos processuais. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: típicas e atípicas. Procedimento comum ordinário: petição inicial, antecipação de tutela, respostas do réu, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, indícios e presunções, audiência, sentença e coisa julgada. Processo nos tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade e ordem do processo nos tribunais. Recursos, reexame necessário, ação rescisória, mandado de segurança contra ato judicial, ação declaratória de inexistência de ato processual e querela nullitatis. Repercussão Geral. Súmula. Súmula Vinculante. Lei Federal nº 11.417/06. Títulos executivos. Cumprimento de sentença e processo de execução: espécies, procedimentos, execução provisória e definitiva. Execuções especiais no CPC. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Ações prejudiciais à execução. Tutela de urgência. Tutela antecipada a tutela cautelar. Processo cautelar: medidas cautelares nominadas e inominadas. Procedimentos especiais. Ação de usucapião. Usucapião como matéria de defesa. Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação monitoria.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS: Teoria constitucional dos direitos difusos e coletivos. Interesse público e privado. Interesse público primário e secundário. Interesses difusos, coletivos e individual homogêneos. A defesa judicial dos interesses transindividuais. Ação civil pública. Defesa das pessoas idosas. Improbidade administrativa. Proteção ao meio ambiente. Proteção aos patrimônios cultural, público e social. Defesa das pessoas portadoras de deficiência. Defesa da ordem urbanística. A tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos. Competência. Ônus da prova. Legitimidade ordinária e extraordinária. Legitimidade ativa e passiva. Legitimidade ativa da Defensoria Pública. Litisconsórcio e assistência. Conexão, continência e litispendência. Liminares e recursos. Multas. Fundo para reconstituição do bem lesado: fundos federais, fundos estaduais, Receitas do fundo, finalidades do fundo,



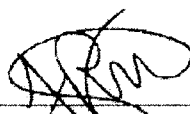
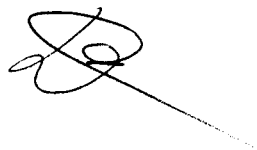
RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

reparação das lesões individuais. Sentença. Desistência e renúncia do recurso. Efeitos. Desistência pelo Ministério Público. Coisa julgada na ação coletiva. Responsabilidade por custas, honorários advocatícios e mais encargos de sucumbência. Liquidação e execução da sentença. Legitimados para a liquidação. Escolha do foro pelo lesado individual.

DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA Princípios do direito penal e aplicação da lei penal. Teoria da norma. Criminologia. Teoria do crime 1 - fato típico. Elementos. Iter criminis. Teoria do crime 2 - ilicitude. Culpabilidade. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Teoria da pena. Aplicação da pena. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa 1. Crimes contra a pessoa 2. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual e contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública e a administração pública.

DIREITO PENAL: Princípios do direito penal e aplicação da lei penal. Teoria da norma. Criminologia. Teoria do crime 1 - fato típico. Elementos. Iter criminis. Teoria do crime 2 ilicitude. Culpabilidade. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Teoria da pena. Aplicação da pena. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual e contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública e a administração pública.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: Investigação Preliminar - Conceito de inquérito policial. Natureza jurídica do inquérito policial. Finalidade do inquérito policial. Valor probatório do inquérito policial. Atribuição para a presidência do inquérito policial. Características do inquérito policial. Incomunicabilidade do indiciado preso. Conclusão do inquérito policial. Arquivamento do inquérito policial. Ação Penal - Conceito de ação penal. Classificação das ações penais. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada. Representação. Requisição do Ministro da Justiça. Ação penal privada subsidiária da pública. Peça acusatória. Competência Criminal - Jurisdição e competência. Espécies de competência. Competência absoluta e relativa. Fixação da competência criminal. Competência Criminal da Justiça Militar da União e dos Estados. Competência Criminal da Justiça Eleitoral. Competência Criminal da Justiça Federal.

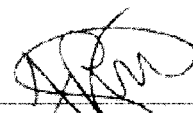


RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

Competência Criminal da Justiça Estadual. Competência por prerrogativa de função. Competência territorial. Provas - Terminologia da prova. Ônus da prova. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado. Sistemas de avaliação da prova. Da prova ilegal. Prisão Cautelar - A tutela cautelar no processo penal. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal. Pressupostos das medidas cautelares: *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional. Espécies de prisão. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Prisão decorrente de pronúncia ou de sentença condenatória recorrível. Prisão domiciliar. Medidas cautelares diversas da prisão. Liberdade provisória. Processo e Procedimento - Classificação do procedimento. Procedimento no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a procedimentos distintos. Procedimento comum ordinário. Oferecimento da peça acusatória. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória. Rejeição da peça acusatória. Recebimento da peça acusatória. Citação do acusado. Revelia. Reação defensiva à peça acusatória. Absolvição sumária. Designação da audiência. Audiência una de instrução e julgamento. Recursos - Conceito e características. Princípios. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação). Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal. Efeitos dos recursos. Direito intertemporal e recursos. Recursos Criminais em Espécie. 08 - Ações autônomas de impugnação.

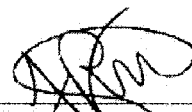
DIREITO AMBIENTAL: Direito ambiental constitucional. Conceito de meio ambiente e seus aspectos. Princípios de direito ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Instrumentos de gestão de recursos hídricos. Código Florestal. SNUC. Política urbana: diretrizes, instrumentos e competência.

DIREITO EMPRESARIAL: Fundamentos do direito empresarial. Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características. Teoria da empresa. Empresário: conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário. Lei Complementar nº 123/2006 (microempresa e empresa de pequeno porte). Prepostos do empresário. Institutos complementares: nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração. Registro de empresa. Órgãos de registro de empresa. Atos de registro de empresa. Processo decisório do registro de empresa.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

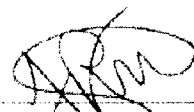
Inatividade da empresa. Empresário irregular. Lei nº 8.934/1994 e alterações. Propriedade industrial. Lei nº 9.279/1996. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Propriedade industrial e direitos autorais. Patentes. Desenho industrial. Marca: espécies. Procedimento de registro. Indicações geográficas. Títulos de crédito. Histórico da legislação cambiária. Conceito de títulos de crédito, características e princípios informadores. Classificação dos títulos de crédito: letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, endosso e aval. Títulos de crédito comercial, industrial, à exportação, rural, imobiliário, bancário. Letra de arrendamento mercantil. Ação cambial. Ação de regresso. Inoponibilidade de exceções. Responsabilidade patrimonial e fraude à execução. Embargos do devedor. Ação de anulação e substituição de título. Protesto de títulos e outros documentos de dívida: legislação, modalidades, procedimentos, efeitos, ações judiciais envolvendo o protesto. Direito societário. Sociedade empresária: conceito, terminologia, ato constitutivo. Sociedades simples e empresárias. Personalização da sociedade empresária. Classificação das sociedades empresárias. Sociedade irregular. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Desconsideração inversa. Regime jurídico dos sócios. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Lei nº 6.404/1976 e alterações. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade em comandita por ações. Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão. Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Concentração empresarial e defesa da livre concorrência. Contratos mercantis. Características. Compra e venda mercantil. Comissão mercantil. Representação comercial. Concessão mercantil. Franquia (franchising). Contratos bancários: depósito bancário, mútuo bancário, desconto bancário, abertura de crédito. Contratos bancários impróprios: alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil (leasing), faturização (factoring), cartão de crédito. Contrato de seguro. Contratos intelectuais: cessão de direito industrial, licença de uso de direito industrial, transferência de tecnologia, comercialização de logiciário (software). Direito falimentar. Lei nº 11.101/2005. Teoria geral do direito falimentar. Processo falimentar. Pessoa e bens do falido. Regime jurídico dos atos e contratos do falido. Regime jurídico dos credores do falido. Recuperação judicial. Recuperação extrajudicial. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Criança e adolescente. Antecedentes históricos. Inserção constitucional. Princípio da prevenção especial. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Política e organização do atendimento. Linhas de ação e da política de atendimento. Linhas de ação e diretrizes. Municipalização e descentralização. Participação da cidadania e conselhos dos direitos. Entidades e programas de atendimento. Conselho Tutelar. Disposições gerais. Atribuições. Competência. Escolha dos conselheiros e impedimentos. Medidas de proteção. Disposições gerais. Medidas específicas de proteção. Colocação em família substituta. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Direito à convivência familiar. Família natural e família substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Perda ou suspensão do poder familiar. Colocação em família substituta. Prática do ato infracional. A questão socioeducativa. Conceito e tempo do ato infracional. Inimputabilidade. Direitos individuais. Garantias processuais. Medidas socioeducativas. Remissão. Acesso à Justiça. A Justiça da infância e da juventude. Princípios gerais. Competência. Serviços auxiliares. Procedimentos. Disposições gerais. Perda e suspensão do poder familiar. Destituição da tutela. Colocação em família substituta. Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. Recursos. Ministério Público. O advogado. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes. Crimes e infrações administrativas.

DIREITOS HUMANOS: Os fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos. A evolução histórica dos Direitos Humanos. O sistema internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos: Declarações e Tratados da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos. Justiça internacional e os sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos. Órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos Direitos Humanos. Sistemas da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos: estrutura, competência, funcionamento e documentos produzidos. Jurisprudência da corte interamericana de direitos humanos: casos contenciosos e opiniões consultivas. Comissão interamericana de Direitos Humanos: relatórios de casos, medidas cautelares, relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão. Fontes, classificação, princípios e características do direito internacional dos Direitos Humanos. Normas de interpretação dos tratados de Direitos

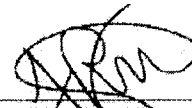
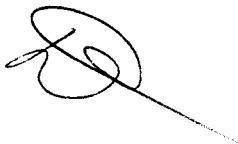


RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

Humanos. Resolução de conflitos ante a colisão de direitos fundamentais. O dever estatal de dar pleno cumprimento às obrigações assumidas em tratados internacionais: o caso dos Direitos Humanos. A vigência e eficácia das normas do direito internacional dos Direitos Humanos. As possibilidades de aposição de reservas e de oferecer denúncia relativas aos tratados internacionais de Direitos Humanos. A incorporação dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos ao direito brasileiro. A posição hierárquica dos tratados internacionais de Direitos Humanos em face do artigo 5º, e seus parágrafos, da Constituição Federal. O controle de convencionalidade. A execução de decisões oriundas de tribunais internacionais de Direitos Humanos no Brasil. Direitos Humanos e acesso à justiça. O dever dos estados de promover o acesso à justiça. Desenvolvimentos no âmbito da organização dos estados americanos relacionados à Defensoria Pública. Previsões legais de direito interno relativas à Defensoria Pública. Direitos Humanos das minorias e grupos vulneráveis: Mulher, Discriminação racial, Diversidade sexual, Criança e Adolescente, Idoso, Pessoa com Deficiência, Povos Indígenas, Refugiados.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Seguridade Social. Origem e evolução legislativa no Brasil. Conceituação. Organização, princípios e regras constitucionais. Regime Geral de Previdência Social. Segurados obrigatórios e facultativos. Filiação e inscrição. Carência. Benefícios previdenciários. Acidente do trabalho.

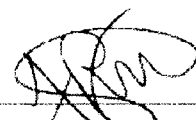
DIREITO DO CONSUMIDOR: Código de defesa do consumidor e o subsistema de proteção ao consumidor. Conceitos de consumidor e fornecedor - teorias finalista, maximalista e finalista mitigada (ou aprofundada); Boa fé Objetiva Funções (integrativa; interpretativa; controle); Duty to mitigate the loss Lesão e Onerosidade excessiva; Dano moral e as súmulas e jurisprudências do STJ. Inversão do ônus da prova; Diálogo de fontes; Responsabilidade pelo fato do produto ou serviço; Teoria da perda de uma chance; Responsabilidade por vícios do produto ou serviço; Serviços Públicos; Prescrição e Decadência; Garantia legal e contratual; Desconsideração da Personalidade; Jurídica (teoria maior X teoria menor); Oferta e Publicidade; Práticas abusivas; Cobrança de dívidas; Arquivos de consumo; Proteção contratual; Cláusulas abusivas, Cláusulas abusivas nos contratos bancários; Empréstimos e financiamentos; Cláusula de decaimento; Contrato de adesão; Análise da Jurisprudência do STJ e STF; Contratos de consumo.


RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

DIREITO DO IDOSO: Conceitos. Alterações legislativas recentes. Benefício de prestação continuada. Transporte. Alimentos. Educação, cultura, esporte e lazer. Saúde. Profissionalização e trabalho. Habitação. Situações de risco. Acesso à justiça. Atuação da defensoria pública. Enunciados. Dos crimes.

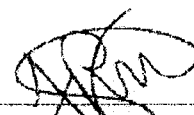
FILOSOFIA DO DIREITO E SOCIOLOGIA JURÍDICA: Filosofia do Direito: Direito e Moral: Teoria do mínimo ético; O cumprimento das regras sociais, Direito e coação; Direito e heteronomia; Bilateralidade atributiva; Teoria da norma jurídica: as normas jurídicas em geral; tipos primordiais de normas; estrutura da norma jurídica de conduta; Teoria do Ordenamento Jurídico: O ordenamento jurídico e os seus elementos constitutivos; A validade do ordenamento jurídico; Hermenêutica Jurídica: A interpretação gramatical e a sistemática; A interpretação histórica e a evolutiva; A Escola da Livre Pesquisa do Direito e a Escola do Direito Livre; A compreensão atual do problema hermenêutico; Jusnaturalismo: Espécies; Critérios para uma distinção do Juspositivismo; Exegetismo Jurídico: Principais teses defendidas; Críticas feitas ao movimento; Historicismo Jurídico: Principais teses defendidas; Críticas feitas ao movimento; Justiça: Justiça segundo Aristoteles (equidade). **SOCIOLOGIA DO DIREITO:** Poder, Estado e Controle Social: Controle social; Poder e Burocracia; Controle Social e Direito: Características do controle social por meio do Direito; A ótica funcionalista do controle social por meio do Direito; Uma abordagem crítica do controle social por meio do Direito.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA: Defensoria Pública e acesso à justiça. CF, art. 5º, XXXV. Assistência jurídica integral. CF, art. 5º, LXXIV. CF, art. 134. Capacidade postulatória dos defensores. Autonomia funcional e administrativa. LC 80/94, art. 1º. Estrutura da Lei Orgânica. Ouvidoria da Defensoria. Princípios institucionais. Objetivos da Defensoria Pública. Funções institucionais da DP. LC 80/94, art. 4º. Transação: título executivo extrajudicial. Gratuidade para pessoas jurídicas. E pessoas físicas. Vista e intimação pessoal. Representação nos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos. Ações coletivas. Curadoria especial. Prazo em dobro. Honorários advocatícios. Garantias, prerrogativas e deveres. Atuação dos defensores estaduais nos Tribunais Superiores. Conflito de atribuições.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL: Lei de Execução Penal - Lei 7210/84. Lei de Drogas - Lei 11343/2006. Lei Maria da Penha - Lei 11340/2006. Estatuto do Desarmamento - Lei 10826/2003. Lei de Crimes Hediondos - Lei 8072/90.



RENATO SARAIVA
PRESIDÊNCIA